



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DO ABAETÉ

CEP 35.624-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tele/Fax (37) 3544-1136/1137/1140

LEI Nº 150/2007

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A DESENVOLVER AÇÕES E APORTE DE CONTRAPARTIDA MUNICIPAL PARA IMPLEMENTAR O PROGRAMA CARTA DE CRÉDITO – RECURSOS FGTS, NA MODALIDADE PRODUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS, OPERAÇÕES COLETIVAS, REGULAMENTADO PELA RESOLUÇÃO DO CONSELHO CURADOR DO FGTS Nº 291/98, COM AS ALTERAÇÕES DA RESOLUÇÃO Nº 460/2004, DE 14.12.2004, PUBLICADA NO D.O.U. EM 20.12.2004 E INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CEDRO DO ABAETÉ,

Faço saber que a Câmara Municipal de Cedro do Abaeté, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo autorizado a desenvolver todas as ações necessárias para a aquisição, construção ou reforma de unidades habitacionais para atendimento aos munícipes necessitados, implementadas por intermédio do Programa Carta de Crédito – Recursos FGTS – Operações Coletivas, regulamentado pela Resolução Nº 291/1998, com as alterações promovidas pela Resolução 460/2004, do Conselho Curador do FGTS e Instruções Normativas do Ministério das Cidades.

Art. 2º- Para a implementação do programa, fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Termo de Parceria e Cooperação com a Caixa Econômica Federal – CAIXA, nos termos da minuta anexa da presente lei faz parte integrante.

Parágrafo único- O Poder Executivo poderá celebrar aditamentos ao Termo de Cooperação de que trata este artigo, os quais deverão ter por objeto ajustes e adequações direcionadas para a consecução das finalidades do programa.

Art. 3º- O Poder Público Municipal fica autorizado a disponibilizar áreas pertencentes ao patrimônio público municipal para neles construir moradias para a população a ser beneficiada no Programa e a aliená-las previamente, a qualquer título, quando da concessão dos financiamentos habitacionais de que tratam os dispositivos legais mencionados no artigo 1º desta Lei, ou após a construção das unidades residenciais, aos beneficiários do programa.

§1º- As áreas a serem utilizadas no Programa deverão fazer frente para a via pública existente, contar com a infra-estrutura básica necessária, de acordo com as posturas municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DO ABAETÉ

CEP 35.624-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tele/Fax (37) 3544-1136/1137/1140

§2º- O Poder Público também poderá desenvolver todas as ações para estimular o programa nas áreas rurais.

§3º- Os projetos de habitação popular serão desenvolvidos mediante planejamento global, podendo envolver as Secretarias Estaduais ou Municipais de Habitação, Serviços Sociais, Obras, Planejamento, Fazenda e Desenvolvimento, além de autarquias e/ou Companhias Municipais de Habitação.

§4º- Poderão ser integradas ao projeto outras entidades, mediante convênio, desde que tragam ganhos para a produção, condução e gestão deste processo, o qual tem por finalidade a produção imediata de unidades habitacionais, regularizando-se, sempre que possível, as áreas invadidas e ocupações irregulares, propiciando o atendimento às famílias mais carentes do Município.

§5º- Os custos relativos a cada unidade, integralizados pelo Poder Público Municipal a título de contrapartida, necessários para a viabilização e produção das unidades habitacionais, poderão ou não ser ressarcidos pelos beneficiários, mediante pagamentos de encargos mensais, de forma análoga às parcelas e prazos já definidos pela Resolução CCFGTS 460/2004, permitindo a viabilização para a produção de novas unidades habitacionais, cujos valores serão estipulados por decreto.

§6º- Os beneficiários do Programa, eleitos por critérios sociais e sob inteira responsabilidade do Poder Executivo, ficarão isentos do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, durante o período de construção das unidades e também durante o período dos encargos por estes pagos, caso se exija o ressarcimento dos beneficiários.

§7º- Os beneficiários, atendendo as normas do programa, não poderão ser proprietários de imóveis residenciais em Cedro do Abaeté e nem detentores de financiamento ativo no Sistema Financeiro da Habitação - SFH - em qualquer parte do país, bem como não terem sido beneficiados com desconto pelo FGTS a partir de primeiro (1º) de maio de 2005.

Art. 4º- A participação do município dar-se-á mediante a concessão de contrapartida consistente em destinação de recursos financeiros, ou bens e serviços, sendo que o valor do desconto, a que têm direitos os beneficiários, somente será liberado após o aporte pelo município, na obra, de valor equivalente à caução de sua responsabilidade.

Art. 5º- Fica o Poder Público autorizado a conceder garantia do pagamento das prestações relativas aos financiamentos contratados pelos beneficiários do programa consistente em caução dos recursos recebidos daqueles beneficiários, em pagamento de terrenos, obras ou serviços fornecidos pelo Município.

§1º- O valor relativo à garantia dos financiamentos ficará depositada em conta gráfica caução em nome da CAIXA, remunerada mensalmente com base na taxa SELIC ou na taxa que vier a ser pactuada em



PREFEITURA MUNICIPAL DE CEDRO DO ABAETÉ

CEP 35.624-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS

Tele/Fax (37) 3544-1136/1137/1140

aditamento ao Termo de Parceria e Cooperação e será utilizado para pagamento das prestações não pagas pelos mutuários.

§2º- Ao final do prazo de vigência do contrato de financiamento o remanescente do valor relativo à garantia dos financiamentos, depois de deduzidas as parcelas não pagas pelos mutuários, os impostos devidos e os custos devidos ao Banco credor pela administração dos recursos, se houver, será devolvido ao Município.

Art. 6º- As despesas com a execução da presente lei, de responsabilidade do Município, correrão por conta da dotação orçamentária N° Órgão 02 - **Executivo - Unidade 02 04 - Saúde, Previdência e Ação Social - Projeto Atividade 02.04.03.16.482.0014.2056 - Apoio para Reforma e Construção de Casas para Carentes - 4.4.90.51.04 - Obras e Instalações - Bens Não Patrimoniais**, constante no vigente Orçamento Fiscal do Município **Lei Municipal N° 144/2006, de 20 de novembro de 2006.**

Art. 7º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cedro do Abaeté, 15 de fevereiro de 2007.

Oldaíra Maria de Andrade
Prefeita Municipal